



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE JUNHO DE 2021
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21(R1) – NBC TG 21(R4)

Índice

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	8
4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
7. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	12
8. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS
EMPRESA PÚBLICA – CNPJ (MF) 07.607.851/0001-46
Rua Professor Aloísio Pessoa de Araújo, 75 – Boa Viagem, Recife – PE, 51021-410
Recife – Pernambuco – www.hemobras.com.br

Prezados Senhores,

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA – HEMOBRÁS**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **HEMOBRÁS**, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de junho de 2021 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional *IAS 34* aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. Ênfase - Operação Pulso

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que, conforme a nota explicativa nº 27 às Demonstrações Financeiras Intermediárias, descreve que em dezembro de 2015, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Pulso” cuja intenção era investigar irregularidades em licitações e contratos de logística de plasma e hemoderivados vinculados à **HEMOBRÁS**, assim como, apurar a existência de fraudes na construção da fábrica em Goiana – PE. As investigações não foram concluídas até a presente data e podem, quando do seu desfecho, indicar a possibilidade de apuração de resultados negativos, ainda não estimados. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

5. Outros assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da **HEMOBRÁS**, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

5.2. Balanço patrimonial e informações contábeis intermediárias correspondentes auditadas e revisadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 04 de setembro de 2020, sem modificações. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 12 de fevereiro de 2021, sem modificações.

Recife/PE, 13 de setembro de 2021



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”PE

Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”PE

CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”PE

CNAI 4850

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM

(EM R\$ 1)

ATIVO	Nota	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	954.222.261	832.999.930
Clientes a Receber	5	85.751.039	110.035.792
Estoque	6	94.255.744	167.793.026
Impostos a Recuperar	7	27.501.833	47.493.851
Adiantamentos de Convênios e Assemelhados	8	4.023.541	3.926.456
Outros Créditos	9	13.201.012	9.903.785
Total do Ativo Circulante		1.178.955.430	1.172.152.840
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	10.b	12.858.361	3.251.694
Imobilizado	11	885.978.890	873.461.379
Imobilizado em Operação		144.709.774	145.093.239
Imobilizado em Andamento	11.a	777.281.102	762.391.426
(-) Depreciação Acumulada		(25.999.828)	(24.011.129)
(-) <i>Impairment Test</i>	11.b	(10.012.157)	(10.012.157)
Intangível	12	16.419.877	17.256.182
Total do Ativo não Circulante		915.257.128	893.969.255
TOTAL DO ATIVO		2.094.212.558	2.066.122.095
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	13.1	386.749.860	451.675.003
Operações de Arrendamento Mercantil Financeira	13.2	403.786	807.872
Obrigações Tributárias	15	22.674.663	8.110.099
Obrigações Sociais	16	6.920.532	5.281.049
Instrumentos Financeiros	23.b	11.970.676	0
Outras Obrigações		1.039.085	1.038.643
Total do Passivo Circulante		429.758.602	466.912.665
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13.1	359.724.710	373.714.052
Operações de Arrendamento Mercantil Financeira	13.2	1.393.415	1.393.415
Contingências	17	5.270.402	6.165.389
Total do Passivo não Circulante		366.388.527	381.272.856
Total do Passivo		796.147.128	848.185.521
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	18		
Capital Social		1.248.320.671	1.218.334.955
Prejuízos Acumulados		(196.279.633)	(276.408.489)
AFAC		246.024.392	276.010.108
Total do Patrimônio Líquido		1.298.065.430	1.217.936.574
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.094.212.558	2.066.122.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO TRIMESTRE
PARA OS PERÍODOS DE**
(EM R\$ 1)

	Nota	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020
Receita Operacional Bruta		458.520.000	263.040.000	391.682.190	170.730.875
(-) Deduções da Receita Bruta		-	-	-	-
Receita Operacional Líquida	19	458.520.000	263.040.000	391.682.190	170.730.875
(-) Custos dos Produtos Vendidos	20	(308.302.375)	(163.320.997)	(293.373.818)	(129.077.039)
Resultado Operacional Bruto		150.217.625	99.719.003	98.308.372	41.653.836
Despesas Operacionais Administrativas		(47.938.314)	(33.766.489)	(35.184.960)	(17.127.096)
Administrativas		(47.938.314)	(33.766.489)	(35.184.960)	(17.127.096)
Salários e Encargos	21	(15.151.783)	(7.908.852)	(14.428.614)	(7.283.026)
Salários		(8.544.764)	(4.525.236)	(8.215.230)	(4.183.419)
Encargos		(5.200.717)	(2.656.531)	(4.856.219)	(2.423.666)
Adicionais		(26.051)	(12.639)	(15.476)	(442)
Benefícios		(1.051.357)	(538.087)	(1.041.262)	(525.696)
Plano de Saúde		(328.894)	(176.359)	(300.427)	(149.803)
Tributárias		(9.346.296)	(9.155.860)	(170.156)	(105.926)
Gerais	22	(17.283.434)	(9.442.616)	(22.794.269)	(8.622.765)
Depreciação/Amortização		(1.890.408)	(1.671.209)	1.810.497	(1.341.512)
Provisão para Perda	23	-	-	-	-
Outras Despesas/Receitas	24	(4.266.393)	(5.587.952)	397.582	226.133
Resultado Financeiro Líquido	25	10.423.171	60.316.626	(158.823.664)	(24.115.819)
Receitas Financeiras		80.409.464	78.943.317	21.475.513	10.828.587
Despesas Financeiras		(69.986.293)	(18.626.691)	(180.299.177)	(34.944.406)
Resultado Operacional antes dos Impostos sobre o Lucro		112.702.482	126.269.140	(95.700.252)	410.921
IRPJ sobre o Lucro	26	(26.152.129)	(26.152.129)	-	-
CSLL sobre o Lucro	26	(6.421.497)	(6.421.497)	-	-
Resultado Líquido do Trimestre	27	80.128.856	93.695.514	(95.700.252)	410.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS PERÍODOS DE**

(EM R\$ 1)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado Líquido do Exercício	80.128.856	(95.700.252)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-
Resultado Abrangente do Trimestre	80.128.856	(95.700.252)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM R\$ 1)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>AFAC</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2020	1.201.768.293	(270.080.292)	292.576.770	-	1.224.264.771
Lucros/Prejuízos Líquido	-	(6.328.197)	-	-	(6.328.197)
Resultado Líquido do Período	-	(6.328.197)	-	-	(6.328.197)
Integralização do Capital mantido em AFAC (PL)	16.566.662	-	(16.566.662)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.218.334.955	(276.408.489)	276.010.108	-	1.217.936.574
Lucros/Prejuízos Líquido	-	80.128.856	-	-	80.128.856
Resultado Líquido do Período	-	80.128.856	-	-	80.128.856
Integralização do Capital mantido em AFAC (PL)	29.985.716	-	(29.985.716)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	1.248.320.671	(196.279.633)	246.024.392	-	1.298.065.430

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS DE**

(EM R\$ 1)

	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo Líquido	80.128.856	(95.700.252)
Ajuste de Valores não Monetários		
Depreciação e Amortização	2.850.518	(1.606.196)
Ajuste de Imobilizado e Intangível	869.702	-
Prejuízo Ajustado	83.849.076	(97.306.448)
(Aumento) Redução nos Ativos		
Estoque	73.537.282	(11.476.749)
Clientes	24.284.752	(125.872.241)
Impostos a Recuperar	19.992.018	(11.790.498)
Adiantamentos	(97.085)	(918.744)
Outros Ativos	(12.903.893)	(3.755.615)
Aumento (Redução) nos Passivos		
Fornecedores	(79.318.571)	239.866.321
Convênios	-	-
Obrigações com Pessoal	1.639.483	1.547.641
Obrigações Tributárias	14.564.564	(319.188)
Instrumentos Financeiros	11.970.677	-
Outros Passivos	(894.545)	5.553.977
AFAC	-	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	136.623.758	(4.471.544)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(15.375.913)	(11.109.122)
Aquisição de Intangível	(25.514)	-
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Investimento	(15.401.427)	(11.109.122)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	29.985.716	16.566.662
AFAC	(29.985.716)	(16.566.662)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	-	-
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	121.222.331	(15.580.666)
Saldo Inicial das Disponibilidades	832.999.930	702.265.678
Saldo Final das Disponibilidades	954.222.261	686.685.012
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	121.222.331	(15.580.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE

(EM R\$ 1)

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
1. RECEITAS	469.600.365	392.083.522
Receita Operacional Bruta	458.520.000	391.682.190
Outras Receitas	11.080.365	401.332
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	325.982.332	315.596.442
Custos dos Produtos Vendidos	308.302.375	293.373.818
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	17.679.957	22.222.624
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	143.618.033	76.487.080
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.890.408	(1.810.497)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	141.727.625	78.297.577
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA	80.409.464	21.475.513
Receitas Financeiras	6.805.605	19.762.714
Outras	73.603.859	1.712.799
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	222.137.089	99.773.090
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	222.137.089	99.773.090
8.1 Pessoal e Encargos	12.490.410	11.991.258
Remuneração Direta	10.310.765	9.846.871
Benefícios	1.380.251	1.341.689
FGTS	799.394	802.698
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	59.322.451	2.607.513
Federais	59.098.444	2.498.837
Estaduais	161.222	70.309
Municipais	62.785	38.367
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros	70.195.372	180.874.571
Juros	720.225	4.782.686
Aluguéis	209.079	575.395
Outras	69.266.068	175.516.490
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	80.128.856	(95.700.252)
Resultado do Trimestre	80.128.856	(95.700.252)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, doravante denominada “Hemobrás” ou “Companhia”, é uma empresa pública de personalidade jurídica de direito privado, sob controle da União, com prazo de duração indeterminado, constituída nos termos da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pelo Estatuto Jurídico das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016), pelo Decreto nº 8.945, de dezembro de 2016, e por seu Estatuto Social.

A Companhia tem como atividade principal a produção e comercialização de medicamentos biotecnológicos e de medicamentos hemoderivados, a partir do fracionamento de plasma obtido no Brasil, vedada a comercialização somente dos produtos deles resultantes, podendo ser ressarcida pelos serviços de fracionamento, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001. Atualmente, os medicamentos produzidos pela Hemobrás são destinados para tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os principais produtos que serão distribuídos pela Hemobrás são a albumina, o complexo protrombínico, o fator IX, o fator VIII plasmático, o fator VIII recombinante, o fator de von Willebrand e a imunoglobulina.

A Hemobrás está sediada em Brasília-DF e possui três filiais no estado de Pernambuco, uma na cidade do Recife, e duas em Goiana.

Foram aprovadas em 19 de julho de 2021, pelo Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras, para fins de auditoria independente.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.1 Surto de Coronavírus

O surto do coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia, em 11 de março de 2020, com impactos relevantes nas economias dos países, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia a dia das pessoas. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto.

O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações no Brasil.

Em 2020, foi criado o Comitê de Crise para avaliar diariamente os impactos da pandemia nos negócios da Companhia e na saúde de todos os colaboradores e a Hemobrás adotou ações tempestivas, para o enfrentamento da COVID-19 e seus impactos, através de dois protocolos, o Protocolo de Continuidade do Negócio, objetivando garantir a execução dos processos e projetos críticos, destacadamente a distribuição de Fator VIII recombinante, as obras da fábrica e os projetos de Transferência de Tecnologia e o Protocolo de Resposta à Emergência, que visa, principalmente, a prevenção e redução da transmissibilidade do coronavírus, bem como a salvaguarda da vida dos empregados e respectivos familiares.

Em 2020, a Hemobrás não enfrentou dificuldades operacionais relacionadas à força de trabalho e com a implantação das medidas de contingência não foi necessário suspender as operações. A maioria das equipes realizaram suas atividades através de teletrabalho, principalmente as pessoas de grupo de risco, sendo mantido o trabalho presencial, para as atividades que assim demandavam, com o sistema de rodízio.

À medida que os efeitos da pandemia afetaram as regiões onde as distribuições de medicamentos da Hemobrás estão concentradas, a Companhia enfrentou dificuldades para realizar a logística de distribuição, principalmente para a Região Norte do país. Mesmo com as dificuldades, a Hemobrás em conjunto com o Ministério da Saúde antecipou as pautas previstas no contrato, permitindo a manutenção das entregas dentro dos prazos estabelecidos e sem qualquer tipo de consequência para os usuários.

Apesar da gravidade e ineditismo do cenário que vivemos, a demanda pelos medicamentos fornecidos pela Hemobrás ao Sistema Único de Saúde – SUS, não sofrem variação no seu consumo devido aos impactos da pandemia do coronavírus. Existe a necessidade dos usuários em utilizar os medicamentos para manutenção e preservação das condições normais de saúde e preservação da vida, não podendo existir descontinuidade do fornecimento pelo Ministério.

A Companhia continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e não sofreu impacto financeiro significativo no seu resultado operacional.

De outro lado, ocorreram impactos devido à desvalorização cambial do real, frente ao dólar norte-americano e ao euro, que colaboraram para o Resultado Financeiro Líquido negativo da Companhia durante o exercício de 2020 e agora no segundo trimestre de 2021 o real vem se valorizando frente ao dólar.

- **Abaixo está apresentado um resumo dos principais impactos nas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2021:**

Redução do valor recuperável (“*impairment*”) e contratos onerosos - A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa da Companhia (“UGC”), se houver, não pode ser estimado com segurança no momento.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia julga que o modelo de *impairment* preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representa o cenário mais razoável. Como os impactos das premissas de longo prazo, resultantes da pandemia ainda são bastante incertos não foi possível avaliar, ainda, perda adicional por *impairment*. No entanto, quando for realizado estudo de revisão do *impairment test*, poderemos ter uma alteração significativa na abordagem aplicada para elaborar os fluxos de caixa descontados e, assim, poderá ter uma perda adicional por *impairment* em períodos subsequentes.

Clientes - não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes. Permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada operação, classificada como sendo altamente provável, sujeitas apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos de venda. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais até 30 de junho de 2021;

Passivo com fornecedor em moeda estrangeira e variação cambial - Em 31 de dezembro de 2020, a Hemobrás possuía passivos com fornecedores em moeda estrangeira (Dólar) que não estão protegidos por mecanismos de *hedge accounting*, de modo a mitigar riscos de perdas cambiais. A Administração tem conhecimento dos possíveis efeitos decorrentes da ausência de proteção e, para se resguardar, irá buscar proteger 25% da dívida em moeda estrangeira para diminuir os impactos cambiais no resultado líquido da Companhia.

Em 30 de junho de 2021, devido à valorização do Real frente ao Dólar norte-americano no segundo trimestre de 2021, houve um ganho líquido, por variação cambial, de R\$21,9 milhões, no acumulado dos seis primeiros meses do ano. Os impactos da variação cambial ainda poderão apresentar perdas/ganhos adicionais até 31 de dezembro de 2021 que poderão impactar os resultados da Empresa no exercício de 2021. Cabe informar que a Hemobrás precisará pagar uma parcela do passivo, em moeda estrangeira, até dezembro de 2021, no valor nominal aproximado de US\$24 milhões. Hoje a empresa possui caixa suficiente para liquidar a parcela prevista.

2.2 Moeda funcional e apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional).

2.3 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando como base o custo histórico.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas: a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; a vida útil do ativo imobilizado; as perdas relacionadas a "contas a receber"; a recuperação do valor de ativos, incluindo intangíveis; e a elaboração de projeções para a realização de imposto de renda diferido, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

2.5 Aderência à Lei Geral de Proteção de Dados

A Hemobrás avaliou os efeitos da Lei Geral de Proteção de Dados nos seus negócios visando garantir o cumprimento das disposições previstas na Lei e constatou que as adequações não afetam o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas. A adequação trata-se de uma reorganização e da reclassificação, principalmente, dos esquemas e metadados sensíveis (em relação aos dados pessoais) constantes das bases de dados. Dessa forma, entende-se que não há impactos na contabilidade, nem em provisões e tampouco impactos em ativos ou passivos contingentes.

2.6 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazo registradas no balanço. A Administração julga não existir incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto a sua capacidade de continuidade operacional.

Em razão da pandemia mundial relacionada a COVID-19, que vem afetando todo o mundo, impactando a economia mundial e com sérios riscos a saúde pública, a Hemobrás informa que vem tomando as medidas preventivas necessárias visando minimizar ao máximo possível, eventuais impactos na saúde dos empregados e na continuidade operacional da Companhia.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Gestão de Riscos Financeiros

3.2.1 Fatores de Risco

Parte significativa do passivo da Companhia com fornecedores está em moeda estrangeira, estando este sujeito as variações decorrentes da flutuação natural das moedas ou do impacto de fatores extraordinários como a pandemia provocada pela COVID-19.

A Administração realiza o gerenciamento de seus riscos financeiros e estabelece as políticas, observando, para tanto, os impactos resultantes da exposição cambial nos resultados da Companhia ou no capital de giro.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente.

Essa política tem como objetivo identificar os possíveis impactos e estabelecer, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros de crédito, sendo que todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos e não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos.

3.2.2 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros introduziu novas exigências para a classificação de ativos financeiros, que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável, que exigirá um reconhecimento mais efetivo; e introduz um novo padrão de *hedge accounting* e *impairment test*, com maior divulgação sobre a atividade de gestão de risco.

3.2.3 Risco de Crédito

A Companhia possui como seu único cliente o Ministério da Saúde. O Risco de crédito está ligado a possíveis contingenciamentos orçamentários que determinem a necessidade de priorização de pagamentos. A Administração da Companhia não observa a existência de risco de não recebimento dos créditos oriundos das

operações comerciais com o Ministério.

3.2.4 Risco de Liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e projetado, com base nos contratos vigentes com o Ministério da Saúde.

3.2.5 Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A Administração entende que a Empresa não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios.

Desta forma, no que se refere ao risco de variação cambial, a Companhia estima que, o cenário futuro de câmbio ainda está muito incerto devido aos efeitos da pandemia. A Companhia fez uma análise de risco e estabeleceu como meta no Plano Diretor Estratégico a contratação de um instrumento de proteção cambial que permita proteger a parcela da dívida a vencer em 2021.

3.3 Clientes

A Hemobrás não reconheceu, no segundo trimestre de 2021, as perdas em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que possui um único cliente, o Ministério da Saúde, que pagou todos os títulos que estavam em aberto, Exceto os títulos em trâmite de autorização e pagamento.

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, se houver.

3.4 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração, que incluem a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

3.5 Estoque

Os insumos, as matérias-primas e os medicamentos estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os medicamentos são adquiridos em moeda corrente (Real).

3.6 Imobilizado

O CPC 27 – Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação e construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos. Os imobilizados são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

3.7 Intangível

Os intangíveis são representados por aquisição de licenças de uso de softwares e marcas adquiridas, e são registrados pelo custo de aquisição e/ou formação, que é amortizado, após a entrada em operação, sendo seus valores recuperáveis em função de suas operações. Os intangíveis são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

3.8 Ativo de direito de uso

Representam os imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em sua sede em Brasília-DF e em seu escritório operacional no Recife-PE. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.9 Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados periodicamente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável – definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo –, esta é reconhecida no resultado do período.

3.10 Arrendamento Mercantil

O CPC 06 – Arrendamento Mercantil, que entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019, estabeleceu os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamento. A norma introduz, para os arrendatários, um modelo único de contabilização do balanço patrimonial, no qual estes são requeridos a reconhecer um ativo de arrendamento refletindo os futuros pagamentos com a referida depreciação. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de depreciação do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento a uma taxa desconto ou incremental.

A Hemobrás avaliou a aplicação do CPC 06 para o exercício de 2020, em que foram identificados dois contratos de arredamento superiores a 12 meses. Os contratos vigentes se referem a arrendamento de imóveis para uso administrativo.

3.11 Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidas/incorridas, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em (i) Circulantes, quando os prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial; e (ii) Não Circulantes, quando os prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.12 Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

São definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja perda é considerada provável, conforme o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Procuradoria Jurídica da Companhia, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência de seus assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.13 Demais Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.14 Partes Relacionadas

A Companhia possui partes relacionadas: com a União e com o pessoal chave da Administração. As Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. As transações com partes relacionadas são realizadas pela Hemobrás, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

3.15 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente estabeleceu que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da Companhia de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. No caso da Hemobrás, a obrigação de desempenho está prevista no contrato assinado com o Ministério da Saúde que prevê a aquisição de medicamentos recombinantes. A receita foi reconhecida integralmente em data específica no momento da venda.

3.16 Tributos sobre o Lucro

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro estabeleceu como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração de quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, no reconhecimento e na mensuração de seu tributo corrente ou diferido, com base no lucro tributável.

As interpretações apresentadas consideram que a Hemobrás deve utilizar em seu julgamento o estabelecido no CPC 32. No segundo trimestre de 2021, a Hemobrás concluiu que não há contabilização de posições incertas sobre os tributos sobre o lucro.

3.17 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Na Companhia o ajuste a valor presente é aplicado nas operações de arrendamento mercantil (Direito de Uso de Ativos) conforme CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Não há na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 sujeito ao ajuste a valor presente.

3.18 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Hemobrás elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. O *International Financial Reporting Standards – IFRS* não exige a apresentação dessa demonstração, mas ela é apresentada como parte adicional desta Companhia.

Essas demonstrações têm como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e à forma como tais riquezas foram distribuídas.

3.19 Moeda Estrangeira

A Administração da Companhia adotou o real como sua moeda funcional, de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários

adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação do valor justo, quando este é utilizado.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	R\$ 1	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo fixo	16.001	12.012
Banco conta movimento	7.937	4.172
Aplicações financeiras		
Aplicação extramercado CEF	104.377.824	103.720.198
Aplicação extramercado BB	849.820.499	729.263.548
Total	<u>954.222.261</u>	<u>832.999.930</u>

As disponibilidades são representadas substancialmente por fundos extramercado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância no disposto nessa Resolução.

Os rendimentos estão vinculados à taxa média ao mês de 0,1828% para a aplicação extramercado, e o saldo das aplicações financeiras totaliza o valor de R\$ 954,2 milhões.

5 CLIENTES A RECEBER

Descrição	R\$ 1	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ministério da Saúde – medicamentos hemoderivados (5.a)	-	6.266.248
Ministério da Saúde – medicamentos recombinantes (5.b)	85.751.039	103.769.544
Total	<u>85.751.039</u>	<u>110.035.792</u>

5.a Ministério da Saúde – Medicamentos Hemoderivados

O saldo referente à prestação de serviços de gerenciamento do plasma de anos anteriores, foi baixado em junho de 2021, após a finalização da negociação com o Ministério da Saúde que culminou com a glosa financeira, devido a existência de medicamentos contratados e não entregues ou de plasma não fracionado, decorrentes da perda do certificado de Boas Práticas de fabricação, que impediram a distribuição dos medicamentos ou fracionamento do plasma enviado para fracionamento e que serão ressarcidos pelo transferidor de tecnologia à Hemobrás.

5.b Ministério da Saúde – Medicamentos Recombinantes

Trata-se de contas a receber referentes ao contrato celebrado entre a Hemobrás e o Ministério da Saúde (Contrato nº 205/2019), cujo objeto é a aquisição de concentrado de fator de coagulação, fator VIII recombinante e pó líófilo para injetável, e cujo montante é de R\$ 85,7 milhões.

5.1 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO

A composição de clientes a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

Tipo	Quantia		1 a 30 Dias	31 a 60 Dias	61 a 90 Dias	91 a 180 Dias	181 a 360 Dias	+ de 361 Dias
	Pendente	Atuais	Vencido	Vencido	Vencido	Vencido	Vencido	Vencido
Hemoderivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Recombinantes	85.751.039	85.751.039	-	-	-	-	-	-
Total	85.751.039	85.751.039	-	-	-	-	-	-

Até 30 de junho de 2021, a Hemobrás não constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD.

Os valores a receber são oriundos de um único cliente, que é o Ministério da Saúde. No segundo trimestre de 2021 a Hemobrás não verificou impactos significativos decorrentes da pandemia do coronavírus. O prazo médio de recebimento dos valores a receber, do fornecimento do medicamento Fator VIII recombinante, se manteve abaixo de 60 dias, dentro do estabelecido no Plano Diretor Estratégico. Como o único cliente da Hemobrás é o Ministério da Saúde, caso a pandemia continue, por um longo período, poderá haver necessidade do Governo Federal contingenciar alguns pagamentos, ficando a Hemobrás sujeita as prioridades definidas pelo Ministério da Saúde. É importante a manutenção dos prazos médios alcançados no final do segundo trimestre de 2021, para a manutenção de níveis saudáveis de capital de giro.

6 ESTOQUE

Concentrado de Fator VIII de Coagulação Recombinante – Hemo-8r

No decorrer do segundo trimestre de 2021, a Hemobrás manteve a distribuição do concentrado de fator VIII de coagulação recombinante recebido da Baxalta GmbH. Os estoques foram mensurados com base no valor de aquisição, e o método utilizado para mensuração das saídas foi o custo médio ponderado. O valor realizável líquido da quantidade de estoque mantido para atender contratos de venda com o Ministério da Saúde no exercício corrente foi maior que o custo de aquisição; dessa forma, o estoque foi mensurado pelo custo de aquisição. Todos os medicamentos recombinantes foram adquiridos em moeda corrente.

O saldo em 30/06/2021 do medicamento concentrado de fator VIII de coagulação recombinante – Hemo-8r totaliza o montante de R\$ 81,8 milhões.

Gestão do Plasma

Para o plasma estocado em 2019, no valor total de R\$ 9,4 milhões, foram emitidos o Parecer nº 00890/2019/Conjur-MS/CGU/AGU, referente à consulta acerca da viabilidade legal para realizar parceria entre a Hemobrás e as empresas interessadas para doação de plasma humano, e o Despacho nº 4766/2019/Conjur-MS/CGU/AGU, que aprovou esse Parecer, adotando fundamentos e conclusões no sentido de que a doação com encargo do plasma humano estocado na Hemobrás às empresas interessadas, insuscetível de utilização/fracionamento para uso humano, não constitui afronta à decisão judicial proferida na Ação Civil Pública – ACP registrada sob o nº 0812772-19.2017.4.05.8300, nem, tampouco no caso específico em análise, afronta o §4º do art. 199 da Constituição Federal; acrescentando ainda, quanto à destinação do plasma, que hipotética e eventualmente possa servir de insumo na fabricação de bens.

Em 2020, o saldo da conta deste plasma, está com o montante de R\$ 9,3 milhões, para a conta matéria-prima – plasma (FE), em 2021 foi realizado um contrato com a Octapharma para fazer o fracionamento do plasma estocado no armazém da Hemobrás.

O estoque de plasma sob a responsabilidade do Laboratório Francês de Fracionamento e Biotecnologia – LFB S/A, no montante de R\$12,3 milhões, foi em sua totalidade classificado para a conta de provisão para perda de estoque no exercício de 2019 e até 30 de junho de 2021 não foi possível efetivar a baixa da provisão, em virtude de trâmites documentais.

Descrição	R\$ 1	
	30/06/2021	31/12/2020
Matéria-prima – plasma	-	-
Matéria-prima – plasma (FE)	8.721.032	9.321.156
Produtos em elaboração	9.293.790	9.293.790
Produtos para revenda e acabados – medicamentos		
Concentrado de fator VIII recombinante 250 UI	7.607.563	4.865.392
Concentrado de fator VIII recombinante 500 UI	29.403.216	20.873.348
Concentrado de fator VIII recombinante 1.000 UI	44.791.327	121.481.381
(-) Provisão para perda de estoque	(12.351.077)	(12.351.077)
Estoque – material de uso/consumo	3.732.605	3.655.489
Importações em andamento – estoque	3.057.287	10.653.546
Total	94.255.744	167.793.026

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Em relação aos tributos recuperáveis, houve uma baixa de R\$ 2,6 milhões de créditos tributários decorrente das operações de venda de medicamentos para o Ministério da Saúde proveniente da apuração do resultado do segundo trimestre de 2021. Em 30/06/2021, o saldo de impostos a recuperar no montante de R\$ 27,5 milhões é composto pelos seguintes tributos:

R\$ 1

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
IRRF a recuperar	2.100.006	2.883.078
CSLL a recuperar	883.471	2.719.768
ISS a recuperar	21.851	-
PIS a recuperar	4.435.018	5.736.983
COFINS a recuperar	18.188.505	34.881.177
PIS	27.690	27.690
COFINS	132.268	132.268
ISS	613.718	21.485
ICMS-DF	78.655	78.655
IRPJ saldo negativo DIPJ 2014/2015	325.141	322.411
CSLL saldo negativo DIPJ 2014/2015	2.069	2.052
CSLL saldo negativo DIPJ 2013/2014	121.917	120.959
CSLL saldo negativo DIPJ 2011/2012	131.225	130.288
IRPJ saldo negativo DIPJ 2015/2016	5.508	5.457
CSLL saldo negativo DIPJ 2015/2016	2.364	2.342
Outros impostos a compensar	432.429	429.238
Total	27.501.833	47.493.851

8 ADIANTAMENTO DE CONVÊNIOS E ASSEMELHADOS

Em 30/06/2021, a Hemobrás possui um saldo de convênios em aberto no montante de R\$ 2,2 milhões. No primeiro trimestre de 2021, foi realizada a prestação de contas do convênio da Fiocruz, sendo baixado o saldo de R\$ 721,8 mil, referente a primeira parcela paga a Hemobrás.

Os convênios listados abaixo foram apresentados à Hemobrás para prestação de contas e ainda estão sendo analisados pela área responsável.

Descrição	30/06/2021	R\$ 1 31/12/2020
Adiantamento a fornecedores		
Adiantamento a fornecedores	251.962	251.962
Adiantamento a convênios		
Organização Pan-Americana da Saúde – Opas	1.567.100	1.567.100
Fiocruz/Fiotec – TC 83/2010	721.795	1.510.758
Adiantamento a funcionários		
Adiantamento de férias	393.559	567.174
Adiantamento de 13º salário	1.076.890	5.152
Adiantamento de viagem		
Empregados/colaboradores	12.234	24.310
Total	4.023.541	3.926.456

9 OUTROS CRÉDITOS

Descrição	R\$ 1	
	30/06/2021	31/12/2020
Encargos a recuperar – fornecedor (9.a)	7.956.556	8.405.926
Seguros/garantia a apropriar (9.b)	2.271.003	365.852
Custos de medicamentos a apropriar (9.c)	696.422	581.627
Cessão de licença de uso de software a apropriar	1.410.406	38.876
Depósitos judiciais (10.a)	833.717	437.546
Bloqueio Judicial	104	44.304
Outros créditos	32.804	29.654
Total	13.201.012	9.903.785

9.a Encargos a Recuperar – Fornecedor

A conta de Encargos a Recuperar, no montante de R\$ 7,9 milhões, é composta pelas notas de crédito de valores a serem ressarcidos pelo transferidor de tecnologia dos medicamentos hemoderivados. Os valores foram renegociados e formalizados com a assinatura de aditivo contratual, em 2020, prevendo o ressarcimento dos valores (reais e dólares norte-americanos) até 2023, no total de R\$ 12,8 milhões e US\$ 20,9 milhões.

9.b Seguros/Garantia a Apropriar

O saldo da conta Seguros/Garantia a Apropriar, no valor de R\$ 2,2 milhões, diz respeito à contratação de seguro total dos medicamentos, bens móveis e do parque fabril localizado em Goiana-PE.

9.c Custos de Medicamentos a Apropriar

O saldo da conta de Custos de Medicamentos a Apropriar, no montante de R\$ 696,4 mil, refere-se à composição de salário, encargos e armazenamento dos medicamentos no aeroporto de Recife-PE, a ser apropriado quando da nacionalização dos medicamentos recombinantes importados.

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

10.a Outros Créditos – Depósitos Judiciais – Circulante

O saldo da conta de Depósitos Judiciais, classificados em Outros Créditos, no Circulante, totaliza o valor de R\$ 833,7 mil e refere-se a depósitos recursais, que entraram no polo ativo da Hemobrás durante o exercício de 2018 e 2º trimestre de 021. Os valores são atualizados pela taxa Selic.

10.b Depósitos Judiciais – não Circulante

Na conta de Depósitos Judiciais estão reconhecidos, principalmente, os depósitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL oriundos do processo de pedido de imunidade tributária e um depósito recursal. Os

valores estão sendo atualizados pela Selic, porém as atualizações referentes aos depósitos da CSLL estão sendo classificadas como contingências no Passivo Circulante. O saldo da conta em 30 de junho de 2021 era de R\$ 12,8 milhões.

11 IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à operação da Hemobrás e são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens é superior aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 30 de junho de 2021 era de R\$ 881,9 milhões.

Aplicamos a taxa de (4% a 10% ao ano) para máquinas e equipamentos para laboratório, máquinas e equipamentos em poder de terceiros e edifício. Para os periféricos, equipamentos de processamento de eletrônicos e softwares foi aplicada a taxa de (12,50% a 14,29% ao ano). Para os demais ativos adotamos a taxa de (16,67% a 20% ao ano).

Composição do imobilizado	30/06/2021			31/12/2020
	Custo/Perdas	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Edifícios	112.802.328	-6.000.539	106.801.789	108.250.387
Obras Preliminares e Complementares	3.706.191	-160.602	3.545.590	3.619.713
Móveis e Utensílios	1.857.770	-1.205.069	652.701	708.151
Máquinas e Equipamentos	1.351.567	-288.833	1.062.733	634.775
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	45.482	-31.723	13.759	18.307
Computadores e Periféricos	5.242.046	-4.026.925	1.215.120	1.097.126
Máquinas e Equipamentos de Laboratório	12.084.875	-9.264.352	2.820.523	3.392.215
Imobilizado em Andamento (11.a)	777.281.102	-	777.281.102	762.391.426
Imobilizado em Poder de Terceiros	5.195.901	-4.328.197	867.703	937.821
Arrendamento Mercantil	2.423.615	-693.587	1.730.028	2.423.615
Impairment Test (11.b)	-10.012.157	-	-10.012.157	-10.012.157
Total	911.978.718	-25.999.828	885.978.890	873.461.379

11.a Imobilizado em Andamento

A conta de Imobilizado em Andamento é composta por edificações, máquinas e equipamentos que ainda não entraram em operação por não estarem concluídos ou instalados. O saldo dessa conta contempla todos os gastos com mão de obra, materiais, peças etc., e em 30 de junho de 2021, representava o montante de R\$ 777,28 milhões.

11.b Impairment Test

Em 2020, foi realizado o teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado CPC 01R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, avaliação da vida útil do imobilizado e do intangível. A empresa contratada para a realização dos testes foi a Convergry Serviços e Contabilidade LTDA, que concluiu que não houve perda por desvalorização no exercício. O montante avaliado foi de R\$ 873,4 milhões.

A Convergry apontou a necessidade de ajustes e alterações na conta de edifícios. Durante os trabalhos foi verificado que os edifícios da fábrica foram concebidos e realizados da forma mais conservadora e qualitativa em termos de construção, com expectativa de durabilidade e vida útil superior a 50 anos. Desta forma, houve a recomendação de que a Administração considerasse a adoção de vida útil mínima de 50 anos e valor residual de 20% para novas aquisições ou ativos em colocação a serviço ou funcionamento, classificados como edifícios, o que seria apropriado em resultado a partir de 1º de janeiro de 2020.

A empresa também recomendou criar o grupo de ativo “Máquinas de Produção” para o reconhecimento das máquinas de produção de hemoderivados ou produção em geral, considerando uma vida útil de 20 anos (taxa de depreciação de 5% a.a.) e um valor residual de 20% (vinte por cento) do seu custo de aquisição

No decorrer do segundo trimestre de 2021, a Hemobrás realizou os ajustes recomendados pela empresa, no que se refere à alteração na vida útil da conta de edifícios.

11.c Obras

No decorrer do segundo trimestre de 2021, houve a continuidade das obras de conclusão do bloco de embalagem de medicamentos (B04), que tem a previsão de entrar em operação no exercício de 2021. Foram iniciadas também as obras de engenharia civil e outras disciplinas complementares infraestruturais nos demais blocos da fábrica que estão em construção, com previsão de conclusão no terceiro semestre de 2021.

Em relação aos impactos da COVID-19, referente às obras a Hemobrás está monitorando os possíveis efeitos e até 30/06/2021 o andamento das obras está dentro da normalidade.

11.1 Movimentação do Imobilizado

Movimentação do Imobilizado	31/12/2020	30/06/2021			
	Saldo Líquido	Aquisições	Transferências, Baixas e Reclassificações	Depreciação	Saldo Líquido
Edifícios	108.250.387	-	-869.702	-578.896	106.801.789
Obras Preliminares e Complementares	3.619.713	-	-	-74.124	3.545.590
Móveis e Utensílios	708.151	14.442	-	-69.891	652.701
Máquinas e Equipamentos	634.775	471.795	-	-43.837	1.062.733
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	18.307	-	-	-4.548	13.759
Computadores e Periféricos	1.097.126	-	-	117.994	1.215.120
Máquinas e Equipamentos de Laboratório	3.392.215	-	-	-571.692	2.820.523
Imobilizado em Andamento (11.a)	762.391.426	14.889.676	-	-	777.281.102
Imobilizado em Poder de Terceiros	937.821	-	-	-70.117	867.703
Arrendamento Mercantil	2.423.615	-	-	-693.587	1.730.028
<i>Impairment Test</i> (11.b)	-10.012.157	-	-	-	-10.012.157
Total	873.461.379	15.375.913	-869.702	-1.988.699	885.978.890

12 INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 30 de junho de 2021 correspondia ao montante de R\$ 16,4 milhões, conforme quadro abaixo:

Composição do Intangível	30/06/2021			31/12/2020
	Custo/Perda	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Marcas	458.977	-349.485	109.492	133.212
Softwares	18.052.849	-9.799.129	8.253.720	9.066.305
Intangível em Andamento	8.116.705	-	8.116.705	8.116.705
<i>Impairment Test</i>	-60.040	-	-60.040	-60.040
Total	26.568.491	-10.148.614	16.419.877	17.256.182

12.1 Movimentação do Intangível

Movimentação do Intangível	31/12/2020	30/06/2021			
	Líquido	Aquisições	Transferências, Baixas e Reclassificações	Amortização	Líquido
Marcas	133.212	-	-	-23.720	109.492
Softwares	9.066.305	25.514	-	-838.099	8.253.720
Intangível em Andamento	8.116.705	-	-	-	8.116.705
<i>Impairment Test</i>	-60.040	-	-	-	-60.040
Total	17.256.182	25.514	-	-861.819	16.419.877

13 FORNECEDORES

Descrição	R\$ 1	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de serviços	7.193.313	6.871.297
Fornecedores estrangeiros	379.556.547	444.803.705
Circulante	386.749.860	451.675.003
Fornecedores estrangeiros		
Takeda	359.724.710	373.714.052
Não circulante	359.724.710	373.714.052
Total	<u>746.474.570</u>	<u>825.389.055</u>

Em 2018, foi assinado o segundo aditivo ao contrato de licença e transferência de tecnologia. Esse aditivo prevê investimento pela Takeda de até US\$ 250 milhões na fábrica do medicamento fator VIII recombinante e, como contrapartida, a Hemobrás oferece exclusividade na compra dos seus produtos. O pagamento a esse fornecedor foi acordado em sete parcelas anuais.

Em 30 de junho de 2021, a Hemobrás possuía obrigações com fornecedores no montante de R\$ 746,4 milhões, sendo mais de 93% dessa dívida com a Baxalta GmbH devido ao fornecimento de medicamentos em períodos anteriores.

Devido à valorização do real frente ao dólar norte-americano, houve um ganho líquido na Hemobrás, por variação cambial, de R\$ 21,9 milhões, nos seis primeiros meses de 2021. Os impactos da variação cambial foram favoráveis a Companhia, impactando diretamente no resultado do segundo trimestre de 2021. Cabe informar que a Hemobrás precisará pagar uma parcela do passivo, em moeda estrangeira, até dezembro de 2021, no valor aproximado de US\$ 24 milhões. Hoje a empresa possui caixa suficiente para liquidar a parcela prevista.

14 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O saldo da conta de obrigações tributárias no montante de R\$ 22,67 milhões é composto pelos seguintes tributos a recolher:

Descrição	R\$ 1	
	30/06/2021	31/12/2020
Retenção IRRF	195.312	359.152
IRPJ a recolher	18.265.294	5.791.783
CSLL a recolher	2.995.430	
Retenção INSS sobre serviços de terceiros PJ	279.821	363.343
Retenção Lei nº 10.833/2003	356.955	640.324
Contribuição sindical	29	29
ISS – Distrito Federal	1.657	1.576
ISS – Recife-PE	17.252	17.929
ISS – Goiana-PE	156.611	179.913
IRRF a recolher	399.807	725.731
ICMS – diferencial de alíquota	6.497	30.319
Total	22.674.663	8.110.099

15 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais se referem às provisões de férias e aos encargos sociais vinculados às provisões trabalhistas, que totalizam R\$ 6,9 milhões.

Descrição	R\$ 1	
	30/06/2021	31/12/2020
Outras obrigações sociais	180.965	171.311
Provisões trabalhistas		
Encargos a recolher	957.272	895.746
Provisão de férias	3.277.825	3.126.521
Encargos sobre provisão de férias	1.131.657	1.087.471
Provisão de 13º Salário	1.010.607	0
Encargos sobre provisão de 13º	362.206	0
Total	6.920.532	5.281.049

16 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista e cível. A provisão foi constituída considerando a análise da Procuradoria Jurídica para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas no montante de R\$ 5,27 milhões.

16.1 Risco de Perda Provável

A provisão classificada como perda provável é composta por ações de natureza trabalhista, cível e tributária, demonstradas a seguir:

Descrição	R\$ 1	
	30/06/2021	31/12/2020
Contingências trabalhistas	876.667	667.102
Contingências cíveis	4.196.321	5.338.518
CSLL – atualização monetária	197.414	159.770
Total	5.270.402	6.165.389

16.2 Movimentação de Demandas Judiciais

	Saldo em 2020	Provisões adicionais do período	Valores utilizados no período	Valores revertidos no período	Saldo em 30/06/2021
Total de demandas	6.005.620	337.852	-	(1.270.483)	5.072.988
Demandas cíveis	5.338.518			(1.142.197)	4.196.321
Demandas trabalhistas	667.102	337.852		(128.286)	876.667

16.3 Risco de Perda Possível

As ações classificadas como perda possível são compostas por ações de natureza trabalhista e cível, demonstradas a seguir:

Descrição	R\$ 1	
	30/06/2021	31/12/2020
Contingências trabalhistas	442.013	478.355
Contingências cíveis	50.312.487	55.188.560
Total	50.754.500	55.666.916

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	R\$ 1	
	30/06/2021	31/12/2020
Capital social – governo federal (17.a)	1.248.320.671	1.218.334.955
Prejuízos acumulados (17.b)	(196.279.633)	(276.408.489)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (17.a)		
AFAC – 2017	240.410.500	270.396.216
AFAC – 2018	5.613.892	5.613.892
Total	1.298.065.430	1.217.936.574

17.a Capital Social/Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Em 2021, ocorreu a integralização do capital social no montante de R\$ 29,98 milhões, proveniente dos recursos registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, conforme Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária – AGO, de 23 de abril de 2021. Após a integralização, o capital social passou a ser de R\$ 1,248 bilhões.

17.b Prejuízos Acumulados

Após o encerramento do exercício, foi apurado um resultado positivo de R\$ 80,1 milhões. Em razão de prejuízos acumulados de exercícios anteriores (2020 – R\$ 270 milhões), o saldo apurado em 30 de junho de 2021 está negativo em R\$ 196,2 milhões.

18 RECEITA DE VENDAS

A receita da Companhia no segundo trimestre de 2021 é decorrente de vendas do medicamento fator VIII recombinante para o Ministério da Saúde, cujo valor foi de R\$ 458,5 milhões.

Descrição	R\$ 1		R\$ 1	
	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Receita operacional bruta	263.040.000	458.520.000	170.730.875	391.682.190
(-) Deduções da receita bruta				-
Total	263.040.000	458.520.000	170.730.875	391.682.190

19 CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos apresenta a seguinte composição:

Descrição	R\$ 1		R\$ 1	
	Acumulado do atual exercício 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do exercício anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do exercício anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
Custo dos produtos vendidos				
Custo de aquisição	(160.446.760)	(302.876.654)	(123.002.458)	(283.268.627)
Frete	(1.155.596)	(2.181.429)	(4.359.514)	(7.298.909)
Demais custos*	(1.718.641)	(3.244.292)	(1.715.066)	(2.806.282)
Total	(163.320.997)	(308.302.375)	(129.077.039)	(293.373.818)

* Demais custos compreendem pessoal, encargos e armazenamento.

Em relação ao custo de produtos vendidos, a variação foi resultado do aumento do preço de compra do medicamento. A redução no valor do frete deveu-se a alteração do modal aéreo para o marítimo.

20 SALÁRIOS E ENCARGOS

A seguir estão as principais variações das despesas administrativas entre os anos:

Descrição	R\$ 1		R\$ 1	
	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Salários e Encargos				
Remuneração	(4.530.251)	(8.554.794)	(4.188.434)	(8.225.260)
INSS	(1.397.478)	(2.661.373)	(1.186.410)	(2.437.356)
Auxílio Alimentação	(485.259)	(947.510)	(472.803)	(935.491)
Férias	(476.604)	(1.048.878)	(454.143)	(925.296)
FGTS	(434.098)	(799.394)	(440.033)	(802.698)
13º Salário	(348.351)	(691.072)	(343.081)	(690.869)
Assistência Médica	(171.344)	(318.864)	(144.788)	(290.397)
Outros	(65.467)	(129.898)	(53.335)	(121.248)
Total	(7.908.852)	(15.151.783)	(7.283.026)	(14.428.614)

O acréscimo nas contas de Remuneração, INSS, Auxílio Alimentação, Férias, FGTS, 13º Salário e Plano de Saúde que totaliza o montante de R\$ 7,9 milhões no trimestre de 2021, deve-se a concessão de aumento salarial devido aos acordos coletivos de trabalho – ACT de 2021/2022.

21 DESPESAS GERAIS

O saldo da conta de despesas gerais totaliza o valor de (R\$ 7,8 milhões) no primeiro trimestre de 2021 e é composto pelas contas a seguir:

Descrição	R\$ 1		R\$ 1	
	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Despesas Gerais				
Conservação e Manutenção (21.b)	(2.402.529)	(4.437.874)	(2.083.302)	(3.437.096)
Serviços de Terceiros (21.c)	(1.686.213)	(3.318.158)	(1.261.420)	(2.407.557)
Movimentação e Armazenagem (21.a)	(1.444.885)	(2.799.071)	(1.805.557)	(5.497.662)
Seguros (21.e)	(945.415)	(1.840.266)	(916.459)	(1.912.122)
Utilidades (21.d)	(792.715)	(1.689.815)	(791.538)	(1.577.167)
Alugueis e Condomínio	(330.929)	(651.705)	(487.345)	(962.144)
Perdas ou Glosa	(609.316)	(589.723)	(1.040)	(38.187)
Consumo de Materiais	(41.732)	(83.878)	(23.121)	(108.167)

Passagens e Diárias	(37.392)	(77.834)	(32.081)	(202.017)
Despesas Legais e Judiciais	-	-	(472.548)	(5.243.942)
Outras Despesas Gerais	(1.151.490)	(1.795.109)	(748.355)	(1.408.210)
Total	(9.442.616)	(17.283.434)	(8.622.765)	(22.794.270)

21. a Movimentação e Armazenagem

O saldo da conta Armazenagem e Distribuição no montante de (R\$1,4 milhões) no trimestre de 2021 refere-se ao valor pago pela armazenagem dos medicamentos da Hemobrás e pelo transporte para distribuição dos medicamentos fator VIII recombinante.

21. b Conservação e Manutenção

O valor da Despesa com Conservação e Manutenção no total de (R\$2,4 milhões) no trimestre de 2021 corresponde principalmente ao serviço de manutenção de equipamentos, serviço de caráter preventivo e corretivo nas instalações elétrico-prediais e ao serviço de Revisão de Atividade de Suporte (SAR) do sistema ERP.

21. c Serviços de Terceiros

Os serviços de terceiros totalizaram (R\$1,6 milhões) no trimestre de 2021 e equivalem, em maior parte, aos serviços de vigilância e ao serviço de locação de veículo com motorista. Também estão presentes neste grupo de despesas, os gastos com auditoria contábil, almoxarife, copeiragem, entre outros serviços prestados.

21. d Utilidades

As utilidades que somaram (R\$ 792,9 mil) no trimestre de 2021 são compostas pelas despesas com energia elétrica, internet, limpeza e conservação, telefonia fixa e móvel.

21. e Seguros

O aumento é explicado pelo reconhecimento dos custos com prêmio de seguro vinculado ao parque fabril em Goiana-PE, seu acréscimo deve-se ao início da operação do armazém de medicamentos (Bloco B05) na Fábrica da Hemobrás. O valor reconhecido no segundo trimestre de 2020 perfaz o valor de (R\$945.415).

21.e.1 Cobertura de Seguros

A Hemobrás tem contratado seguros buscando a proteção do seu patrimônio, para a eventualidade de ocorrência de sinistros. Todas as apólices possuem vigência de 12 meses. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 30 de junho de 2021 podem ser assim demonstradas:

Seguradora	Cobertura	Prêmio
Generali do Brasil	Seguro da fábrica e de medicamentos.	R\$ 3.715.306
Tokio Marine Seguradora S.A.	Seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores da Companhia.	R\$49.617
Sompo Seguros	Seguro contra sinistros para o escritório operacional em Recife-PE.	R\$ 3.793

22 OUTRAS DESPESAS / RECEITAS

Descrição	R\$ 1		R\$ 1	
	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Outras Receitas e Despesas				
Receitas de Multas Contratuais	-	11.510	-	25.676
Indenização Processos Judiciais	94.058	94.058		
Reversão de Provisão de Demanda (22.a)	-	1.270.483	201.572	201.572
Recebimento de Cedidos	86.157	125.663	24.811	119.962
Devolução de Diárias - Pessoal	-	210	-	97
Recuperação de Pagamento a Maior (22.b)	9.578.441	9.578.441	-	54.026
COFINS Não Recuperado (22.c)	(7.117.985)	(7.117.985)		
PIS Não Recuperado	(26.912)	(26.912)		
Custo de Exercícios Anteriores (22.d)	(7.596.258)	(7.596.258)		
Baixas de Imobilizado	(605.122)	(605.122)		
Serviço de Gravação das Reuniões do Conselho			-	(3.499)
Doações indedutíveis	(330)	(480)	(250)	(250)
Total	(5.587.952)	(4.266.393)	226.133	397.582

22.a Reversão Provisão Demandas Judiciais

Nesta conta foi contabilizada a reversão de provisão de demandas judiciais que estava provisionada em 2020, a conta, totaliza o valor de R\$ 1,27 milhão, nos seis primeiros meses de 2021.

22.b Recuperação de Pagamento a Maior

No segundo trimestre de 2021 a Hemobrás recebe cerca de R\$ 9,5 milhões referente ao ressarcimento contratual pelo transferidor de tecnologia dos medicamentos hemoderivados.

22.c COFINS Não Recuperado

No início do exercício de 2021 foi realizado um trabalho de apuração de créditos disponíveis para o uso em apurações de tributos. No decorrente do levantamento foi havia cerca de R\$ 7,1 milhões, referente ao adicional de 1,00% de COFINS que estava na composição da conta de COFINS a Recuperar e que não podia ser usada, dessa forma, foi realizado a reclassificação da conta para COFINS não recuperado, regularizando, assim, o saldo da conta.

22.d Custo de Exercícios Anteriores

O valor de R\$ 7,59 milhões provem da importações em andamento relativo ao contrato de fracionamento do plasma com o fracionador antigo, que após a assinatura contratual de ressarcimento o valor que estava registrado relativo ao contrato de fracionamento foi baixado.

23 RESULTADO FINANCEIRO – LÍQUIDO

No segundo trimestre de 2021, o saldo de Resultado Financeiro Líquido perpez o valor de (R\$ 60,3 milhões). O saldo de variação cambial perpez um valor de R\$ 72,1 milhões, o que colaborou para que a Companhia tivesse um resultado financeiro positivo no referido trimestre.

Descrição	01/04/2021	01/01/2021	R\$ 1	R\$ 1
	à 30/06/2021	à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Rendimento de aplicações financeiras	5.877.576	6.805.605	10.316.061	19.762.714
Variação cambial ativa	73.028.058	73.551.544	502.947	1.690.529
Variação cambial passiva	(778.693)	(51.592.342)	(34.718.978)	(175.285.140)
Juros Passivos	(190.088)	(720.225)	-	(4.782.686)
Multas Passivas	(26)	(26)	(223.871)	(228.562)
Multas Ativas	369	369	-	-
Multa por Descumprimento de Contrato (23.a)	(5.674.457)	(5.674.457)		
Perda com Derivativos (23.b)	(11.970.676)	(11.970.676)		
Outras despesas/receitas financeiras	24.564	23.379	8.021	19.481
Total	60.316.626	10.423.171	(24.115.819)	(158.823.664)

23.a Multa por Descumprimento de Contrato

No segundo trimestre de 2021, o saldo referente a conta de clientes no ativo, referente à prestação de serviços de gerenciamento do plasma de anos anteriores, foi baixado em junho de 2021, após a finalização da negociação com o Ministério da Saúde que culminou com a glosa financeira, devido a existência de medicamentos contratados e não entregues ou de plasma não fracionado, decorrentes da perda do certificado de Boas Práticas de fabricação, que impediram a distribuição dos medicamentos ou fracionamento do plasma enviado para fracionamento e que serão ressarcidos pelo transferidor de tecnologia à Hemobrás.

23.b Perda com Derivativos (Contrato de Termo de Moeda Estrangeira)

A Companhia está exposta ao risco de flutuação no dólar norte-americanos e, portanto, celebrou, no segundo trimestre de 2021, contrato de moeda "NDF – Non Deliverable Forward" devidamente registrados com bancos de primeira linha. O contrato foi para 25% da dívida em moeda estrangeira, que será líquida até o encerramento deste exercício. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2021 a Companhia tinha contrato de NDF no montante de US\$24 milhões. O ajuste do valor justo desse contrato gerou uma perda não realizada de R\$ 11,7 milhões no trimestre.

24 RESULTADO LÍQUIDO DO TRIMESTRE

No trimestre houve um acréscimo da Receita Operacional Líquida do medicamento fator VIII recombinante (não houve receita com medicamentos hemoderivados no trimestre em tela) e uma redução dos custos dos produtos vendidos. Houve ainda uma redução nas despesas operacionais administrativas, porém em virtude da variação cambial o resultado financeiro no trimestre ficou em (R\$ 60,3 milhões), o que contribuiu diretamente para que o Resultado Líquido do Trimestre tivesse um lucro de (R\$ 93,69 milhões).

25 PARTES RELACIONADAS

25.1 Membros Chave da Administração da Companhia

Conforme determinado na alínea "e" do art. 1º da Resolução CGPAR/MP nº 3, de 31 de dezembro de 2010, informamos que, na data da elaboração destas demonstrações, a maior remuneração para um dirigente foi de R\$38.760,75, e a menor de R\$35.468,32, nelas computadas vantagens e benefícios. Para os empregados a maior remuneração foi de R\$26.432,95, e a menor de R\$3.745,75, também computadas as vantagens e os benefícios. A remuneração média no período foi de R\$37.067,01 para os dirigentes e de R\$11.116,53 para os empregados.

Atualmente, a maioria dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são partes relacionadas da Hemobrás. O Comitê de Auditoria estatutário é constituído em sua totalidade por membros independentes. A remuneração dos membros dos Conselhos e do Comitê de Auditoria é de um décimo do que, em média, percebem mensalmente os dirigentes.

Não há diferença entre remuneração dos membros dos colegiados que são partes relacionadas e os demais membros.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou quaisquer outros de longo prazo para a Administração e seus empregados.

25.2 Transação entre Partes Relacionadas – União

Fornecimento de medicamentos ao Ministério da Saúde

A União detém 100% do capital social da Companhia, sendo o único cliente da Hemobrás o Ministério da Saúde. As operações com medicamentos feitas entre a Hemobrás e o Ministério da Saúde são realizadas a preços e condições definidas por meio de contrato, que levam em consideração os valores praticados no mercado internacional e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Descrição	R\$ 1	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes a receber (Ministério da Saúde – União)		
Ministério da Saúde – medicamentos hemoderivados	-	6.266.248
Ministério da Saúde – medicamentos recombinantes	85.751.039	103.769.544
Total	<u>85.751.039</u>	<u>110.035.792</u>

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

As movimentações ocorridas na conta de AFAC estão descritas na nota explicativa número 17.a.

Descrição	R\$ 1	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
AFAC (União)	246.024.392	276.010.108
Total	<u>246.024.392</u>	<u>276.010.108</u>

26 PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS

A Administração da Hemobrás continuará buscando a solução para os problemas mais urgentes, com atenção especial às questões voltadas à retomada do gerenciamento do plasma brasileiro, à continuidade das obras da fábrica de hemoderivados, à manutenção do cronograma da fábrica do medicamento fator VIII recombinante e à manutenção da PDP. A Administração igualmente manterá o constante e rigoroso controle orçamentário, com especial atenção às despesas, e persistirá na busca de solução viável para a proteção cambial do passivo em moeda estrangeira.

A Companhia manterá o foco em buscar atingir as metas estratégicas corporativas para os próximos anos, entre elas a produção de medicamentos na fábrica da Hemobrás, a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e o modelo de gestão e governança adequado aos desafios da Companhia.

A Hemobrás buscará índices de alavancagem e de viabilidade econômico-financeira que possibilitem a recomposição do precitado capital social e a garantia da continuidade normal de seus negócios.

A Hemobrás mantém parte significativa dos seus negócios com os transferidores de tecnologia, Baxalta GmbH e Baxalta Recombinante Sàrl e LFB S/A, sendo estes seus únicos fornecedores operacionais. A relação existente é meramente econômica e de transferência de conhecimento para produção nacional dos medicamentos feitos por cada transferidor e previstos contratualmente.

Atualmente, o Ministério da Saúde é cliente exclusivo da Hemobrás, o que resulta em dependência econômica e importante influência em sua continuidade operacional.

Em relação ao enfrentamento da COVID-19, a Hemobrás vem adotando ações tempestivas, visando mensurar e avaliar seus impactos. As ações foram definidas por meio de dois protocolos: a) **o Protocolo de Continuidade do Negócio**, objetivando garantir a execução dos processos e projetos críticos da Hemobrás, destacadamente a distribuição de Fator VIII recombinante, as obras da fábrica da Hemobrás e os projetos de Transferência de Tecnologia; e b) **o Protocolo de Resposta à Emergência**, que visa, principalmente, a prevenção e redução da transmissibilidade do novo coronavírus, bem como a salvaguarda da vida dos empregados da Hemobrás e respectivos familiares. Um Comitê de Crise também foi criado para avaliar diariamente os impactos da pandemia nos negócios da empresa e na saúde de todos os colaboradores.

A pandemia trouxe novas reflexões quanto à dependência dos países ocidentais em relação aos equipamentos e insumos médicos produzidos pela China. Essa questão apenas reforça a necessidade do Brasil reduzir a sua dependência. O projeto da Hemobrás evitará que o país venha a depender do fornecimento externo, pois produzirá os Hemoderivados necessários para atender a demanda do Sistema Único de Saúde que permitirá num futuro próximo reduzir, ou até eliminar a dependência da aquisição no exterior de medicamentos hemoderivados tais como: Albumina, Imunoglobulina, Fator VIII, Fator IX, Fator de *Von Willebrand* e Complexo Protrombínico.

Além da crise, sem precedentes, ter graves consequências para as questões ligadas à saúde da população, o caos provocado pela pandemia, que tem afetado e possivelmente continuará afetando o mercado financeiro em escala mundial, levou a bolsa de valores brasileira (B3) a ter perdas relevantes. As incertezas econômicas, políticas e a busca dos investidores por proteção, fez com que a moeda norte-americana se valorizasse, levando o Real a maior desvalorização desde sua implantação.

Em 30 de junho de 2021, a Hemobrás possuía passivos com fornecedores em moeda estrangeira (Dólar) que não estão protegidos por mecanismos de *hedge accounting*, de modo a mitigar riscos de perdas cambiais. A Administração tem conhecimento dos possíveis efeitos decorrentes da ausência de proteção e, para se resguardar, irá buscar proteger 25% da dívida em moeda estrangeira para diminuir os impactos cambiais no resultado líquido da Companhia.

Cabe esclarecer que devido a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil a Hemobrás deve manter 100% dos seus recursos em fundos extramercados, o que inviabiliza o uso de *hedge accounting* com instrumentos financeiros em moedas estrangeiras.

27 OPERAÇÃO PULSO

Em dezembro de 2015, a Polícia Federal deflagrou a Operação Pulso, cuja intenção era investigar irregularidades em licitações e contratos de logística de plasma e hemoderivados vinculados à Hemobrás. As investigações também buscaram apurar a existência de fraude na construção da fábrica em Goiana-PE.

As investigações continuam sob condução da Polícia Federal e do Ministério Público Federal – MPF. Durante o exercício de 2017, esta estatal instituiu seis Processos Administrativos Disciplinares – PAD decorrentes de apontamentos ou recomendações de entidades externas (Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, MPF e/ou Polícia Federal) e/ou da Auditoria Interna. Em 2017, o ex-presidente, que estava afastado, renunciou ao cargo.

Em 2018, houve o julgamento em primeira instância do primeiro processo. Como desdobramento da operação, o MPF-PE, ainda em 2018, apresentou nova denúncia referente a outro processo investigado na Operação Pulso.

No decorrer do segundo trimestre de 2021, não ocorreram novos fatos relacionados à Operação Pulso e a Hemobrás continua acompanhando as investigações e colaborando com as autoridades competentes.

A Companhia atua para sedimentar continuamente sua cultura de conformidade, fortalecendo o valor institucional “ética e integridade” com base nos seguintes dispositivos:

- Código de Conduta e de Integridade;
- Política de Proteção aos Denunciantes de Boa-fé;
- Política de Tomada de Decisão e Alçadas Decisórias;
- Normativa de Proteção aos Registros e Controles Contábeis.